

CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

N.º 01/POAT/2021

EIXO I - Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria (FEDER)

PROGRAMA OPERACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA 2020

Janeiro 2021

1.ENQUADRAMENTO DAS OPERAÇÕES A APOIAR

O presente convite enquadra-se no Eixo 1 – Coordenação, Gestão, Monitorização e Auditoria do Programa Operacional Assistência Técnica (POAT 2020).

O POAT 2014-2020 tem como objetivo assegurar as condições necessárias para a implementação dos sistemas e estruturas associadas à coordenação e monitorização estratégica do Portugal 2020, e ao funcionamento dos sistemas e estruturas de gestão financeira, acompanhamento, avaliação, controlo e comunicação, incluindo as medidas de informação e publicidade destinadas a divulgar as oportunidades de financiamento proporcionadas pela intervenção conjunta dos FEEI com o Estado Português e, ainda, disseminar os resultados alcançados pelas intervenções no sentido de incentivar os potenciais beneficiários a concretizar os seus projetos de investimentos apoiados em experiências de sucesso.

2. OPERAÇÕES

O programa do Governo Português aborda a necessidade de aumentar a responsabilidade pública e a transparência, listando vários objetivos políticos e políticas públicas em matéria de responsabilidade pública e dados abertos. A recém-aprovada Estratégia do governo para a Inovação e Modernização do Estado e da Administração Pública 2020-2023 também visa especificamente a transparência, a responsabilidade e os dados abertos como objetivos estratégicos a serem cumpridos até 2023.

Paralelamente, a resposta sem precedentes do Conselho Europeu e da Comissão Europeia à crise do COVID-19 tem levado todos os sectores da sociedade portuguesa - empresas, funcionários públicos e cidadãos em geral - a exigirem que a aplicação dos fundos da UE seja totalmente transparente e responsável. Esta mobilização da sociedade civil vai ao encontro do programa do Governo de disponibilizar dados estatísticos de importância estratégica, bem como das obrigações do Estado Português para com a União Europeia, no sentido de disponibilizar informação detalhada sobre aplicação de fundos europeus.

Nos últimos anos, o Governo português tem dado passos graduais na promoção da transparência na administração pública. O portal nacional de dados abertos - Dados.gov.pt - , que reúne dados abertos de todo o tipo de instituições públicas, foi lançado há 7 anos mas com diferentes níveis de adesão e manutenção entre as áreas de Governo.

Tendo em vista o reforço da transparência e da accountability, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP., salientou a necessidade de dispor de novos instrumentos que permitam a prestação de contas públicas, de forma acessível e simples, através do acesso livre e da apresentação transparente dos dados, conseguindo-se assim simplificar a consulta e facilitar a compreensão, pelos cidadãos, dos fundos estruturais atribuídos pela Comissão Europeia

A solução a desenvolver deverá albergar informação dos Fundos Europeus, crescendo iterativamente de acordo com as prioridades. Uma das áreas fundamentais será, naturalmente, o Portugal 2020, com expectativa que possa crescer para o Portugal 2030, permitindo:

- Tornar acessível à sociedade civil, no portal dados.gov.pt um conjunto de informação de elevado interesse;
- Endereçar expectativas da sociedade sobre a transparência nesta área fundamental para o desenvolvimento do país;
- A reutilização dos outputs visuais do projeto, de modo a que possam ser utilizados nos portais onde se verifique fazer sentido.

A plataforma deverá permitir a interoperabilidade com outros portais, nomeadamente o “Portugal 2020” e “Portugal 2030”.

3. BENEFICIÁRIOS

O presente convite para apresentação de candidatura é destinado à Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA, I.P.), enquanto entidade envolvida na gestão e coordenação dos FEEI, na qualidade de Organismo Intermédio do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), bem como enquanto entidade cujas atribuições e competências, definidas no decreto-lei nº 43/2012 de 23 de fevereiro preveem a identificação, desenvolvimento e avaliação dos programas, projetos e ações de modernização e de simplificação administrativa e a promoção, coordenação, gestão e avaliação do sistema de distribuição de serviços públicos, no quadro das políticas definidas pelo Governo, competências essas reforçadas pela resolução do Conselho de Ministros nº 108/2017 que atribui à AMA, I.P. a responsabilidade pelo desenvolvimento do portal de dados abertos (dados.gov.pt.)

4. Áreas/Tipologias de intervenção do POAT

As operações a apoiar no âmbito do presente convite são enquadráveis na área/tipologia de intervenção:

- Garantir uma ampla informação e comunicação do Portugal 2020 e dos FEEI.

5. CANDIDATURAS

O beneficiário apenas pode apresentar uma candidatura ao abrigo do presente convite.

6. DOTAÇÃO FINANCEIRA E TAXA DE CO FINANCIAMENTO

6.1. Dotação indicativa

A dotação máxima de despesa pública a alocar ao presente aviso é de 500.000,00€, correspondente a uma dotação FEDER de 400.000,00€.

6.2. A taxa de co financiamento máxima a aplicar é de 80%.

7. AÇÕES ELEGÍVEIS

No âmbito da área/tipologia de intervenção definida no ponto 4, são elegíveis as seguintes ações:

- Ações que visem dar visibilidade e notoriedade ao apoio e papel desempenhado pela União Europeia, pelo Portugal 2020 e pelos fundos da política de coesão
- Criação e manutenção de um portal específico, que potencie a comunicação interativa, evidencie o valor acrescentado da intervenção comunitária assente na divulgação da intervenção dos fundos.

8. ÂMBITO GEOGRÁFICO

Portugal

9. FORMA DE APOIO

A forma do apoio a conceder à candidatura a aprovar no âmbito do presente convite reveste a natureza de subvenção não reembolsável.

10. CRITÉRIO DE ELEGIBILIDADE DOS BENEFICIÁRIOS, DA OPERAÇÃO E DAS DESPESAS A COFINANCIAR

10.1. Elegibilidade do beneficiário

O beneficiário terá que assegurar o cumprimento dos critérios estabelecidos no disposto nos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

10.2. Elegibilidade da operação

A operação candidata, no âmbito do presente convite, tem que:

- a) Enquadrar-se na área/tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso.

b) Visar a prossecução do objetivo específico 1.4. - Garantir uma ampla informação e comunicação do Portugal 2020 e dos FEEI - e respetivos resultados que se pretendem alcançar com o apoio da União, previstos no Eixo prioritário 1 do POAT.

c) Justificar a necessidade e a oportunidade da realização da operação;

d) Dispor de toda a informação exigida para a instrução da candidatura.

10.3. Elegibilidade das despesas

São elegíveis as despesas incorridas pelo beneficiário desde a data de abertura do presente convite, quando realizadas para prossecução dos objetivos associados às tipologias de intervenção e ações elegíveis previstas no presente anúncio, nomeadamente as seguintes:

a) Consultoria técnica;

b) Recursos humanos da entidade, desde que comprovadamente afetos ao projeto;

b) Promoção e organização de seminários, colóquios e conferências;

c) Outras despesas ou custos imprescindíveis à boa execução das operações poderão ser considerados elegíveis, desde que se enquadrem na tipologia e limites definidos na regulamentação nacional e comunitária aplicável e sejam devidamente fundamentados e discriminados pelos beneficiários e aprovados pela Autoridade de Gestão.

10.4. Despesas não elegíveis

Não são consideradas elegíveis as despesas previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, nem quaisquer outras para além das previstas no ponto anterior.

11. Duração máxima das operações a apoiar

A candidatura apresentada no âmbito deste concurso tem a duração máxima de 24 meses, não podendo terminar em data posterior a 31/12/2022.

12. PAGAMENTOS

No âmbito do presente Aviso os pagamentos são efetuados de acordo com o regime previsto nos artigos 71.º do Decreto-Lei n.º 127/2014, de 12 de setembro, e 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-L/2020 de 26 março, na parte referente ao FEDER.

De acordo com o disposto de forma conjugada na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º, no n.º 7 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.º 215/2015, de 6 de outubro, 88/2018, de 6 de novembro, 127/2019, de 29 de agosto e 10-

L/2020 de 26 março, e no artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, no âmbito do presente convite, são definidas as seguintes regras específicas e complementares no que se refere aos pagamentos:

- a) Pagamentos a título de adiantamento, desde que solicitados de forma expressa pela entidade beneficiária, não ultrapassando, em cada momento, 30% do financiamento aprovado na respetiva operação, apenas sendo possível o pagamento de novo adiantamento após regularização do anterior.
- b) A modalidade de adiantamento contra fatura prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro é cumulável com o adiantamento específico referido na alínea a) não podendo no seu conjunto ultrapassar 35% do financiamento aprovado.
- c) Conforme disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na modalidade de adiantamento previsto na alínea anterior, o beneficiário fica obrigado a apresentar os documentos comprovativos do pagamento integral da despesa que serviu de base ao pagamento do adiantamento, no prazo de 30 dias úteis a contar da data do pagamento do adiantamento ao beneficiário.
- d) O adiantamento previsto na alínea a) deve ser regularizado até à apresentação do pedido de saldo ou em momento anterior de acordo com prazo a fixar no contrato de financiamento.

13. PERÍODO PARA A RECEÇÃO DE CANDIDATURAS

A apresentação das candidaturas decorre entre o dia 18 de janeiro de 2021 e as 18:00 horas do dia 18 de fevereiro de 2021.

14. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

As candidaturas deverão ser submetidas através de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>), e instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e nos termos definidos no presente aviso. O beneficiário deverá obter previamente o seu registo e autenticação junto do Balcão do Portugal 2020.

14.1. Documentos a apresentar com a candidatura

Além do formulário de candidatura e dos anexos exigidos nas instruções de preenchimento do formulário, a candidatura deverá ainda incluir os documentos seguidamente indicados:

14.1.1. Documentos Relativos ao Beneficiário:

- a) Declaração de cumprimento dos critérios de elegibilidade do beneficiário, estipulados no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro e da inexistência de impedimentos e condicionamentos estipulados no artigo 14.º do mesmo diploma legal;
- b) Declaração relativa ao enquadramento da entidade no regime de IVA.

14.1.2. Documentos Relativos à Operação:

Memória descritiva da operação, que inclua os seguintes aspetos:

- a) Descrição e caracterização das intervenções/ações a realizar no âmbito da operação, evidenciando o seu enquadramento na tipologia de intervenção prevista no ponto 4 do presente aviso;
- b) Descrição e justificação dos objetivos a atingir com a operação candidata, que concorrem para a prossecução do objetivo específico 1.4. do POAT em que se enquadra o presente aviso;
- c) Justificação da necessidade e da oportunidade de realização das ações previstas na operação;
- d) Caracterização técnica e uma fundamentação dos recursos financeiros e do calendário de realização física e financeira das intervenções previstas na operação;
- e) Indicação dos cronogramas de execução física e financeira da operação;
- f) Identificação das fontes de financiamento previstas para a contrapartida nacional necessária à realização da operação;
- g) Indicadores a afetar no âmbito da presente operação.

15. PROCESSO DE DECISÃO

O processo de decisão das candidaturas integra três fases:

- i) Análise de admissibilidade através da verificação das condições de elegibilidade dos beneficiários nos termos dos artigos 13.º e 14.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e dos critérios de elegibilidade definidos para a operação, a realizar pela Autoridade de Gestão, em conformidade com o texto do Programa;
- ii) Avaliação do mérito do projeto, com base na metodologia e nos critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do POAT 2020;
- iii) Decisão sobre o financiamento dos projetos em conformidade com as regras de elegibilidade definidas e tendo em conta as disponibilidades financeiras.

16. METODOLOGIA DE SELEÇÃO

Não havendo lugar a concorrência na concretização e no financiamento das operações, estas são avaliadas com base no seu mérito absoluto.

O mérito da operação é determinado pela soma ponderada das pontuações parcelares de cada um dos critérios de seleção, sendo estes classificados numa escala de números inteiros de 1 a 5 (1, 3 e 5) pontos, em que 5 representa uma valoração elevada, 3 uma valoração média e 1 uma valoração reduzida. Para o efeito aplica-se a cada critério de seleção a ponderação constante do quadro infra.

A classificação final será estabelecida com 2 casas decimais, não sendo elegíveis as operações com uma média ponderada inferior a 3 pontos.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS

A seleção dos apoios a conceder tem por base os critérios de seleção aprovados no Comité de Acompanhamento do POAT, consubstanciados nos subcritérios e respetiva ponderação constante na grelha de avaliação (Anexo I).

18. INDICADORES DAS OPERAÇÕES A FINANCIAR

As operações desenvolvidas pelas entidades beneficiárias contribuem, nomeadamente, para os seguintes indicadores:

Realização

- Tipologias de visualização de dados disponibilizadas (n^a)
- Portais que disponibilizam em simultâneo a informação (n^o) -

Resultado

Acessos ao Portal no primeiro ano de vigência (n^a)

Neste quadro a quantificação dos indicadores será efetuada em sede de candidatura sendo objeto de contratualização.

19. ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA AVALIAÇÃO DO MÉRITO E PELA DECISÃO DE APROVAÇÃO

A análise do mérito da operação e a decisão da aprovação é da responsabilidade da Autoridade de Gestão do POAT 2020.

20. ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES

A Autoridade de Gestão do POAT pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos adicionais, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de dez dias úteis, contados a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

Concluído este prazo, se não forem prestados os esclarecimentos requeridos pelo beneficiário, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

21. COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO BENEFICIÁRIO

A decisão sobre as candidaturas apresentadas será proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de 30 dias úteis a contar da data da apresentação da candidatura, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

O prazo referido suspende-se por período a definir pela Autoridade de Gestão, que não pode ser superior a 10 dias, quando sejam solicitados aos candidatos quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer uma vez.

22. CONTACTO

Estrutura de Missão POAT 2020

Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 86 – 3º andar

1070-065 Lisboa

Telefone: 21 8814000/ 21 8801158

O Presidente da Comissão Diretiva do PO Assistência Técnica 2020	Nuno Santos
---	-------------

ANEXO I - ASSISTÊNCIA TÉCNICA - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

CrITÉrios de Seleção	Tipo CritÉrio	Valoração	Ponderadores
Grau de relevância da operação para os objetivos específicos e resultados definidos ao nível do Eixo Prioritário: a) Adequação da operação aos objetivos específicos definidos ao nível do Eixo Prioritário para cada PO; b) Grau de contributo da operação para o alcance dos indicadores de resultado definidos, ao nível do Eixo Prioritário para cada PO.	Comum	5 - Elevada 3 - Média 1- Reduzida	20%
Grau de adequação da operação para o desenvolvimento das atividades de gestão, para a melhoria dos instrumentos de apoio às decisões de gestão e para a eficácia da aplicação dos Fundos: a) Adequação da operação às prioridades definidas para o desenvolvimento das actividades de gestão; b) Contributo da operação para a melhoria dos instrumentos de apoio à Gestão;	Comum		15%
Qualidade Técnica da operação em matéria de conteúdos e duração, face à sua necessidade e oportunidade: a) Adequação dos conteúdos aos objetivos da proposta; b) Viabilidade do calendário proposto face aos objetivos e conteúdos da proposta; c) Razoabilidade dos recursos mobilizados para a execução da operação.	Comum		35%
Grau de relevância das ações previstas na operação para a avaliação e disseminação de resultados: a) Adequação das metodologias e calendários das medidas propostas, em matéria de avaliação e/ou disseminação, às exigências regulamentares; b) Contributo da operação para a identificação de boas práticas.	Específico		15%
Grau de adequação da operação para o reforço da visibilidade da aplicação dos Fundos e para o aumento da transparência e facilitação do acesso à informação: a) Adequação dos meios envolvidos aos objetivos de divulgação e visibilidade dos Fundos; b) Coerência dos conteúdos da proposta ao Plano de Comunicação dos PO e da Estratégia de Comunicação do Portugal 2020; c) Contributo das propostas para a transparência e facilitação do acesso à informação sobre a aplicação dos FEER.	Específico		15%